

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Clear Sale S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Clear Sale S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Índice

Relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Clear Sale S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clear Sale S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia é requerida a testar anualmente a recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o ágio por expectativa de rentabilidade futura registrado no balanço patrimonial da Companhia era de R\$ 46.780mil e R\$ 62.607mil, individual e consolidado, respectivamente, como divulgado na Nota Explicativa 12 às demonstrações financeiras.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a avaliação das políticas relacionadas a constituição do ágio e análise anual de expectativa referentes a aspectos contábeis, bem como os controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela diretoria da Companhia; (iii) análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura; (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas das projeções de rentabilidade futura determinadas pela diretoria da Companhia; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na Nota Explicativa 12, foram apropriadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Capitalização de custos de desenvolvimento de software

A Companhia realiza o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados para integrar soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude para seus clientes atuais e novos clientes potenciais. Os gastos com mão de obra que são diretamente atribuíveis a incrementos contínuos nos softwares para melhor a integração com plataformas, otimizar o desempenho, garantir segurança e personalização ao desenvolvimento desses produtos como intangível pela Companhia, conforme Nota Explicativa 12.

A capitalização é realizada pela Companhia, somente quando todos os seguintes elementos, definidos pelas práticas contábeis do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno e (iv) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Esse assunto foi considerado principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento envolvido na determinação dos gastos que serão capitalizados pela Companhia, que deverá demonstrar que os critérios estabelecidos para capitalização de custos de desenvolvimentos de software foram atendidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a capitalização de custos de desenvolvimento de software incluíram, entre outros: (i) seleção de uma amostra de projetos para verificação da sua viabilidade técnica, avaliação da intenção da Companhia com o ativo (venda ou uso), além da realização de indagações e entrevistas com os responsáveis dos projetos capitalizados para entendimento da viabilidade técnica; (ii) realização de testes documentais, onde analisamos os gastos com profissionais e sua relação com os projetos que estão sendo capitalizados e obtenção de representação dos gestores confirmando a alocação dos profissionais nos projetos; (iii) análise de recuperabilidade e prazo de vida úteis dos ativos capitalizados e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na Nota Explicativa 12, foram apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização de custos da Companhia derivadas para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de prestação de serviços e contas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3.13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. Para as receitas de prestação de serviços de soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude, o reconhecimento das receitas é efetivado com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de prazo decorrido e contratado, conforme definido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15).

A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada e que estão formalizadas no contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, nota fiscal e volumetria dos serviços; (ii) reconhecimento das receitas dos serviços com base no prazo efetivo da transação de acordo com as condições contratuais e (iii) confirmação de saldos junto a clientes e testes de recebimentos subsequentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 3.13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O


Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Clear Sale S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	379.251	473.643	388.796	479.584
Aplicações financeiras	6	5.261	-	5.370	-
Contas a receber	7	98.615	120.439	118.070	137.193
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	1.567	-	1.567
Tributos a recuperar	8	26.735	28.536	29.919	31.971
Outros ativos	14	13.030	8.235	13.966	8.509
Total do ativo circulante		522.892	632.420	556.121	658.824
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	6	-	5.042	-	5.042
Outros ativos	14	2.294	2.117	2.294	2.117
Tributos a recuperar	8	375	221	375	221
Partes relacionadas	9	16.427	35.992	-	-
Tributos diferidos	23	17.802	6.744	17.426	4.082
Investimentos	10	40.291	56.525	-	-
Imobilizado	11	12.368	17.349	12.368	17.414
Intangível	12	241.553	139.885	276.319	224.524
Direito de uso	13	16.267	3.270	16.267	3.270
Total do ativo não circulante		347.377	267.145	325.049	256.670
Total do ativo		870.269	899.565	881.170	915.494

Clear Sale S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	17	20.224	20.472	29.099	28.652
Empréstimos e financiamentos	15	23.405	35.335	23.405	35.335
Passivo de arrendamento	16	6.553	602	6.553	602
Tributos a recolher	18	5.790	11.149	5.790	11.650
Salários e encargos sociais	19	55.308	34.000	55.915	36.463
Contraprestação contingente a pagar	24.3	3.469	4.667	4.195	5.589
Provisões	20	6.112	10.247	8.757	10.247
Instrumentos financeiros derivativos	24	8.936	-	8.936	-
Outros passivos		309	18	496	18
Pagamento baseado em ações	21	159	1.698	166	3.649
Total do passivo circulante		130.265	118.188	143.312	132.205
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	1.667	23.788	1.667	23.788
Passivo de arrendamento	16	9.255	2.980	9.255	2.980
Salários e encargos sociais	19	2.446	2.099	2.913	2.621
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	251	-	251
Provisão Phantom Share	21	-	-	7	106
Pagamento baseado em ações	21	2.070	2.110	2.106	2.316
Partes relacionadas	10	2.656	-	-	-
Contraprestação contingente a pagar	24.3	-	4.706	-	5.784
Provisões	20	275	190	275	190
Outros passivos		711	-	711	-
Total do passivo não circulante		19.080	36.124	16.934	38.036
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	789.380	789.380	789.380	789.380
Reserva de capital		55.392	50.171	55.392	50.171
Prejuízos acumulados		(120.363)	(92.358)	(120.363)	(92.358)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.485)	(1.940)	(3.485)	(1.940)
Total do patrimônio líquido		720.924	745.253	720.924	745.253
Total do passivo e do patrimônio líquido		870.269	899.565	881.170	915.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clear Sale S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação, expresso em reais)

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	25	455.189	460.994	504.093	509.641
Custo dos serviços prestados	26	(309.851)	(291.496)	(341.208)	(333.428)
Lucro bruto		145.338	169.498	162.885	176.213
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas e com vendas	26	(201.564)	(199.640)	(247.495)	(261.063)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(29.979)	(57.875)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	590	86	815	37
Resultado operacional		(85.615)	(87.931)	(83.795)	(84.813)
Receitas financeiras	28	57.801	76.237	58.613	76.365
Despesas financeiras	29	(13.255)	(18.605)	(16.119)	(20.508)
Resultado do exercício antes dos tributos		(41.069)	(30.299)	(41.301)	(28.956)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.2	472	(6.329)	(7)	(8.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	12.592	(433)	13.303	371
Prejuízo do exercício	22	(28.005)	(37.061)	(28.005)	(37.061)
Prejuízo básico por ação				(0,1490)	(0,1972)
Prejuízo diluído por ação				(0,1490)	(0,1972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clear Sale S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício		(28.005)	(37.061)
Conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior	10	(1.545)	(667)
Total dos resultados abrangentes		<u>(29.550)</u>	<u>(37.728)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clear Sale S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado						
	Nota	Capital social	Reservas de capital e opções outorgadas	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		789.366	51.269	(62.065)	(1.273)	777.297
Absorção do prejuízo		-	(6.768)	6.768	-	-
Ajuste de conversão de balanços	10	-	-	-	(667)	(667)
Gastos com emissão de ações		14	-	-	-	14
Instrumentos patrimoniais outorgados		-	4.590	-	-	4.590
Resultado obtido na venda de ações	22.2	-	1.080	-	-	1.080
Prejuízo do exercício	22.5	-	-	(37.061)	-	(37.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		789.380	50.171	(92.358)	(1.940)	745.253
Ajuste de conversão de balanços	10	-	-	-	(1.545)	(1.545)
Instrumentos patrimoniais outorgados	21	-	5.221	-	-	5.221
Prejuízo do exercício	22.5	-	-	(28.005)	-	(28.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		789.380	55.392	(120.363)	(3.485)	720.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clear Sale S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Das atividades operacionais				
Prejuízo do período		(37.061)	(28.005)	(37.061)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	24.1	10.252	3.308	3.308
Ajuste a valor justo de contraprestação contingente	5	(1.593)	(2.013)	(2.607)
Depreciação imobilizado	11	8.553	7.851	8.564
Amortização ativo de direito de uso	11	2.668	2.083	2.668
Amortização intangível	12	29.002	16.532	33.142
Baixas de ativo imobilizado	11	887	420	896
Baixas de direito de uso		(145)	(145)	(485)
Participações nos lucros ou resultados		19.769	-	19.769
Resultado de equivalência patrimonial	10	29.979	57.875	-
Imposto de renda e contribuição social	23	(13.064)	6.762	(13.296)
Provisão para perdas de créditos esperadas	7.1	4.748	6.642	6.251
Encargos de empréstimos e financiamentos	14	7.379	7.881	7.379
Encargos sobre passivo de arrendamento	15	1.417	343	1.417
Despesa de pagamento baseado em ação		2.834	13.040	1.528
Provisão Phantom-share	21.3	-	-	(99)
Provisão para encargos de pagamento baseado em ações		141	1.085	(264)
Variação cambial		-	6	2.472
Ajuste de conversão de balanço		-	-	(1.545)
Outros		-	(47)	(737)
		74.822	83.628	48.971
				30.473
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	7	17.076	(32.796)	12.872
Partes relacionadas	9	(19.168)	(18.539)	-
Tributos a recuperar	8	3.262	(2.503)	1.860
Outros ativos	14	(4.493)	(4.389)	(5.634)
Fornecedores	17	(256)	(1.204)	447
Impostos e contribuições a recolher	18	(576)	(5.706)	337
Provisões diversas	20	(4.050)	3.225	(1.405)
Salários e encargos sociais	19	(697)	(19.541)	239
Outros passivos		1.002	(5)	1.189
		(7.900)	(81.458)	9.905
				(66.862)
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.978)	(1.505)	(6.207)
Pagamento de juros	15	(8.276)	(8.877)	(8.276)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		52.668	(8.212)	44.393
				(46.771)
Das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	11	(4.414)	(5.927)	(4.414)
Aumento de intangível	12	(79.378)	(97.201)	(87.409)
Aplicações financeiras		(219)	(5.042)	(328)
Aporte em controladas	10	(23.976)	(48.179)	-
Aquisições de controladas, líquido do caixa adquirido	4	-	(38.611)	-
Caixa adquirido na incorporação - Beta	4.2.	3.103	-	-
Pagamento de contraprestação contingente	4.1	(4.311)	(1.000)	(5.165)
Caixa usado nas atividades de investimentos		(109.195)	(195.960)	(97.316)
				(173.546)
Das atividades de financiamentos				
Aumento de capital pela emissão de ações	21.1	-	14	-
Resultado obtido na venda de ações		-	1.080	-
Pagamento de empréstimos	15	(33.154)	(43.073)	(33.154)
Pagamento de passivo de arrendamento e juros	16	(4.711)	(2.510)	(4.711)
Caixa usado nas atividades de financiamentos		(37.865)	(44.489)	(37.865)
				(44.489)
Redução de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5	473.643	722.304	479.584
No final do exercício		379.251	473.643	388.796
				264.806
				744.390
				479.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clear Sale S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS				
Vendas de serviços	502.229	514.853	552.354	564.505
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e deduções das receitas (exceto tributos)	(5.470)	(7.414)	(6.137)	(8.333)
Outras receitas operacionais	144	-	144	(11)
	496.903	507.439	546.361	556.161
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, PIS e Cofins)				
Custos dos serviços prestados	(15.690)	(8.413)	(50.501)	(45.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(117.691)	(125.767)	(137.883)	(153.292)
	(133.381)	(134.180)	(188.384)	(198.730)
VALOR ADICIONADO BRUTO	363.522	373.259	357.977	357.431
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(40.223)	(26.466)	(44.374)	(30.735)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	323.299	346.793	313.603	326.696
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(29.979)	(57.875)	-	-
Receitas financeiras	57.678	76.520	58.215	76.648
Variação cambial	121	179	398	179
	27.820	18.824	58.613	76.827
Valor adicionado total a distribuir	351.119	365.617	372.216	403.523
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<u>Pessoal:</u>				
Remuneração direta	(250.301)	(247.931)	(264.905)	(279.616)
Benefícios	(35.517)	(39.232)	(37.316)	(41.164)
FGTS	(21.616)	(18.764)	(22.090)	(18.764)
<u>Tributos, taxas e contribuições:</u>				
Federais	(40.096)	(61.523)	(41.207)	(63.483)
Municipais	(9.649)	(14.767)	(9.891)	(15.155)
<u>Remuneração de capitais de terceiros:</u>				
Juros e taxas	(13.255)	(18.605)	(16.119)	(20.508)
Outras	(8.690)	(1.856)	(8.693)	(1.894)
<u>Remuneração de capitais próprios:</u>				
(Prejuízo) do exercício	28.005	37.061	28.005	37.061
Valor adicionado distribuído	(351.119)	(365.617)	(372.216)	(403.523)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Clear Sale S.A. (“Controladora”) foi constituída em 24 de abril de 2000. Desde agosto de 2022, a Controladora está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Alphaville, Barueri, SP, Brasil. A Clear Sale é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”) desde 30 de julho de 2021, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CLSA3 onde negocia suas ações ordinárias.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Clear Sale S.A. e suas controladas diretas (“Companhia”) Clearsale LLC., Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda. (incorporada em 03 de julho de 2023, conforme nota 4) e indireta Chargebackops, LLC.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, é pioneira em soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude para empresas do varejo eletrônico (“e-commerce”), transações de onboarding digital para empresas de diversos setores, como bancos e serviços financeiros, telefonia, seguradoras, além de prover treinamento corporativo e técnico de software. Esses serviços são prestados no Brasil e no exterior através de soluções sistêmicas e análise de fraude detalhada realizada por analistas, combinando alta tecnologia e profissionais especializados para reconhecer padrões relacionados à fraude.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 21 de março de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).



A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota explicativa 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.



(b) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

<u>Taxa final</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dólar dos EUA (US\$)	4,8413	5,2177
<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dólar dos EUA (US\$)	4,9953	5,1655

(c) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

(d) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio média (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". Tais ajustes de conversão serão reconhecidos na demonstração do resultado, somente pela alienação ou baixa da investida do exterior.

A controlada ClearSale LLC e Chargebackops tem o dólar estadunidense como moeda funcional.

2.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Controladora e suas controladas. O controle é obtido quando a Controladora estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Controladora controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);



- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre as empresas consolidadas, são totalmente eliminados na consolidação.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Controladora incluem:



<u>Controlada</u>	<u>Participação</u>	<u>País</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clearsale LLC	Direta	EUA	100%	100%
Chargeback	Indireta	EUA	100%	100%
Beta (i)	Direta	Brasil	-	100%

(i) Beta incorporada em 03 de julho de 2023, conforme nota explicativa 4.2.

- Clearsale LLC – Subsidiária da Clear Sale S.A., realiza atividades de prevenção à fraude através de seu software próprio para clientes alocados fora do Brasil.
- Chargeback - Subsidiária da Clearsale LLC especializada em disputa de e gerenciamento de chargeback (estornos)

Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a



contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Mensuração a Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e



- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O comitê de avaliação da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para venda em operação descontinuada. O comitê de avaliação compreende o responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.



3. Informações materiais da política contábil

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Controladora e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma perda por redução ao valor recuperável (perda por *impairment*) ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, bem como seus riscos específicos.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme e, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes menos as despesas de venda.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas para contas a receber, fazendo estimativas através das informações históricas e levando em consideração eventuais informações prospectivas.



(b) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Controladora e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, sendo a provisão constituída para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos.

(c) Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos saldos mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo prazos, volatilidade da ação, rendimento de dividendos, dentre outras. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao fim de cada exercício de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício de reporte. Para mensuração do valor justo e fins de comparabilidade com metodologias de mercado, a Companhia desenvolveu metodologia para análise das estimativas de valor futuro da ação e propensão ao atingimento das obrigações de desempenho, a metodologia utilizada foi a de Monte Carlo, que se utiliza de números aleatórios para gerar cenários de preços.

(d) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras é determinado com base na hierarquia estabelecida pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, a saber:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.



(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a compensação dessas diferenças temporárias. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de impostos de renda e bases negativas da contribuição social, quando aplicável.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

(f) Vidas úteis do imobilizado e intangível

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, ao final de cada exercício de reporte ou quando eventos ocorrerem que se façam necessários. As vidas úteis do imobilizado e intangível estão descritas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate inferior à 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até cada data de reporte, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada instrumento a instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que



não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em 4 categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes (nota explicativa 06).

A Controladora aplicou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A norma substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”.

A provisão para perda de crédito esperada é constituída considerando o risco de crédito dos clientes com base na perda histórica e projetando uma perda mesmo para clientes que ainda não apresentaram atraso no pagamento (*ratings*). A política adotada pela Controladora, classificou os clientes com base em seu histórico de pagamentos. Para cada um desses *ratings* foi aplicado um percentual de provisão levando em consideração tanto o histórico do cliente individualmente, quanto o histórico de todos os clientes classificados em determinado *rating*, afetando, assim, os recebíveis de clientes que não apresentaram um aumento significativo do risco de crédito. Foi feita também uma análise individual dos títulos em aberto a fim de se verificar a expectativa de recebimento de cada um deles.



Não há para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Controladora transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os custos de transação são alocados aos componentes do passivo ou do patrimônio líquido, com base na natureza dos valores com base na natureza dos passivos financeiros emitidos.



Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e dividendos a pagar contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é



substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial individual e consolidado quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL está baseada no lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL é calculada individualmente pela Controladora e por suas controladas com base nas alíquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pela controlada localizada no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para o país onde se situa essa controlada, o IRPJ e a CSLL da Controladora e da controlada localizada no Brasil calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para o imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL e a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Controladora e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação



tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Controladora e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Controladora ou suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.5. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente ajustado pelo método da equivalência patrimonial.

3.6. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos divulgadas na nota explicativa 10.

O imobilizado é contabilizado líquido de créditos de PIS/COFINS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Controladora.



3.7. Intangível

Programas de computador (software)

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Compreendem: (i) licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”); e (ii) sistemas de gestão empresarial (“ERP”), incluindo os correspondentes gastos com implementação.

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os detalhes e a vida útil dos ativos estão descritos na nota explicativa 12.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. Os custos com desenvolvimento de um projeto específico, mais especificamente de softwares são reconhecidos como ativo intangível sempre que for provável a geração de benefícios econômicos futuros e a Companhia demonstrar os requisitos de: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo exercício dos benefícios econômicos futuros. Durante o exercício de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. Uma vez finalizado o projeto, o ativo é testado sempre que identificados indícios de perdas de seu valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Controladora e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Controladora e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidá-los e uma estimativa razoável possa ser feita.

3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia eventualmente questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



3.12. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados – Participação nos resultados

A Controladora e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Controladora e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

As provisões são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Planos de Incentivo de Longo Prazo – ILP – Transações liquidadas com títulos patrimoniais

Para os participantes dos planos da Controladora e suas controladas, o valor justo das ações concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido.

Phantom shares - Transações liquidadas com caixa

Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecido como despesas na demonstração do resultado (nota explicativa 21).

O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do exercício até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo Monte Carlo. O método utilizado para reconhecer as condições de aquisição de direito na mensuração de transações a ser liquidadas com títulos patrimoniais também se aplica às transações liquidadas com caixa.

3.13. Reconhecimento da receita de contratos com clientes

A Companhia e suas controladas reconhecem receita de serviços antifraude nas transações de vendas eletrônicas de seus clientes, quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47, ao longo do prazo do contrato em que o serviço é prestado.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Existem 2 tipos principais de contrato:



a. Cobrança por percentual por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um percentual definido sobre cada transação que for avaliada pela Companhia.

b. Cobrança por valor fixo por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um valor fixo sobre cada transação que for avaliada pela Companhia.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores faturados e a faturar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente.

Rebates

A Companhia oferece abatimentos ou reembolsos caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber dos clientes. A Companhia aplica o método do valor mais provável para estimar contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de fraudes não identificadas previstas em contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, conseqüentemente, reconhecida a receita. Uma provisão para restituição é reconhecida para os abatimentos futuros esperados.

Bônus de vendas

A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia, aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

3.14. Segmento operacional

A Administração da Companhia considera que há um único segmento operacional, soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude, de modo que as análises e tomadas de decisões são tomadas sob essa perspectiva.

3.15. Arrendamentos

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.



O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa 3.8.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).



Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A aplicação destas normas não geraram impactos significativos para a Controladora e suas controladas.

- IFRS 17: Contratos de seguro e alterações;
- CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2: Divulgação de políticas contábeis;
- CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil;
- CPC 32/ IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Controladora e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas normas ou não se aplicam:

- CPC 06/ IFRS 16 8: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento);
- CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 40/ IAS 7: Características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos;

4. Principais transações ocorridas em 2023 e 2022

4.1. Combinação de negócios - Aquisição Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda.

Em 17 de janeiro de 2022, a Controladora adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda. (“Beta Learning”).

Fundada em 2019 e sediada em São Carlos, a Beta Learning é uma empresa especializada em serviços de desenvolvimento de softwares em diversos segmentos e treinamento corporativo e técnico de software. Além disso, a Beta Learning opera a Escola de Líderes, uma plataforma de treinamento de liderança com mais de mil beneficiados.



Em um cenário de escassez de mão de obra técnica, a Beta Learning contribui com o incremento do time técnico da Companhia, reforçando a manutenção e o desenvolvimento de novos produtos para melhor atender os seus clientes.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Beta Learning na data da aquisição é apresentado a seguir:

	<u>Valor justo reconhecido na aquisição</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	489
Contas a receber	291
Impostos a Recuperar	30
Mútuos	30
Adiantamentos a funcionários	158
Máquinas e Equipamentos	98
Móveis e Utensílios	1
Carteira de Clientes	8.166
	9.263
Passivos	
Fornecedores	(5)
Salários e Encargos a pagar	(1.153)
Impostos a pagar	(29)
	(1.187)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	8.076
Ágio na aquisição	46.780
Passivo fiscal diferido	(2.776)
Total da contraprestação	52.080

O ágio pago de R\$46.780 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. O ágio está alocado na unidade geradora de caixa (UGC) do Brasil.

Contraprestação contingente

Caixa pago	39.100
Contraprestação contingente assumida em caixa	6.140
Contraprestação contingente assumida em ações	6.840
Total da contraprestação	52.080

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Custos da transação da aquisição (incluídos no fluxo de caixa das atividades operacionais)	(39.100)
Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	489
Fluxo de caixa líquido da aquisição	(38.611)



Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra com os antigos sócios da Beta Learning, foi acordada uma contraprestação contingente. Os pagamentos adicionais foram acordados da seguinte forma:

- Pagamento 1: parcela em dinheiro de R\$1.000 liquidada em 12 de maio de 2022, após concluída a obrigação de extinção de duas empresas que eram pertencentes a dois dos antigos sócios da Beta Learning.
- Pagamento 2: essas contraprestações foram recalculadas conforme movimentações já realizadas e foram pagas em 02 de março de 2023, sendo R\$2.778 em caixa e R\$1.533 calculado com base em ações da Clear Sale S.A. e também pago em dinheiro, totalizando R\$4.311.
- Pagamento 3: realizado em 29 de janeiro de 2024. Essas contraprestações foram calculadas conforme estimativas e projeções nos montantes de até R\$2.463 em caixa e R\$1.006 em ações, sendo sua quantidade de até 297.485 ações, totalizando R\$3.469 em dezembro de 2023.

Remensuração do valor justo do earn-out

A contraprestação contingente foi reconhecida pelo seu valor justo na data de aquisição e subsequentemente se faz necessário a remensuração a cada data base das demonstrações financeiras. Na remensuração de 2023, o valor justo do passivo de contraprestação contingente apresentou uma redução devido principalmente ao preço da ação da Clear Sale S.A. reduzir de R\$9,60 em 17 de janeiro de 2022 para R\$3,75 em dezembro de 2023.

Movimentação da contraprestação contingente:

	Em dinheiro	Em ação	Total
Data de aquisição	6.140	6.840	12.980
Pagamento inicial	(1.000)	-	(1.000)
Pagamento 1º aniversário no 1º trimestre de 2023 (i)	(2.778)	(1.533)	(4.311)
Juros incorridos no período	760	-	760
Remensuração do valor justo	-	(3.759)	(3.759)
Diminuição parcela meta não atingida	(659)	(542)	(1.201)
Em 31 de dezembro de 2023	2.463	1.006	3.469

(i) Valor calculado com base nas ações da Clear Sale S.A. na data do pagamento e liquidado em dinheiro.

Ambas as contraprestações (parcela 2 e 3) estão baseadas no atingimento de métricas de desempenho da Beta Learning que estão sendo apuradas no exercício entre a data da aquisição até o 2º aniversário da aquisição. A principal meta é a expansão do número de funcionários e sua capacitação em linha com a estratégia da aquisição de obter mão de obra qualificada. Em 31 de dezembro de 2023, os principais indicadores de performance da Beta Learning mostraram que as metas da primeira parcela, na grande maioria, foram atingidas e que é muito provável que as metas da segunda parcela serão atingidas.



Os passivos relacionados à contraprestação contingente foram ajustados da data de aquisição até a data de reporte para refletir seu valor justo.

4.2. Incorporação da Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda.

Em 03 de julho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação da Controlada Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda. pela Companhia. Essa operação não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Os principais fatos e eventos associados a essa operação foram os seguintes:

- O capital social da Companhia não foi aumentado, em razão da totalidade do capital social da Beta Learning Consultoria e Desenvolvimento de Software Ltda ser 100% detida diretamente pela Companhia.
- Os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido utilizados para fins de incorporação, conforme laudo de avaliação contábil, foram apurados com base no balanço patrimonial em 31 de maio de 2023.
- As variações patrimoniais sofridas pelo acervo líquido da incorporada entre a data base do laudo e a data da efetiva incorporação no montante de R\$ 103 foram absorvidas pela Companhia.
- O ágio oriundo da aquisição da empresa incorporada está classificado como intangível no Ativo Não Circulante, conforme nota explicativa 12.
- A Companhia adquiriu o direito de dedutibilidade no imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 15.905 equivalente a 34% sobre o valor do ágio incorporado. Esse valor será amortizado fiscalmente em até cinco anos.



O acervo líquido para incorporação tem a seguinte composição:

ATIVO

	<u>03/07/2023</u>
	<u>(acervo incorporado)</u>
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.103
Tributos a recuperar	81
Outros ativos	479
Total do ativo circulante	3.663
Ativo não circulante	
Imobilizado	45
Total do ativo não circulante	45
Total do ativo	3.708

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>03/07/2023</u>
	<u>(acervo incorporado)</u>
Passivo circulante	
Fornecedores	7
Impostos e contribuições a recolher	132
Salários e encargos sociais	2.442
Total do passivo circulante	2.581
Patrimônio líquido	
Capital social	300
Prejuízos acumulados	827
Total do patrimônio líquido	1.127
Total do passivo e patrimônio líquido	3.708

4.3. Combinação de negócios - Aquisição Chargebackops, LLC

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu, através da sua subsidiária direta ClearSale LLC, a totalidade das quotas representativas do capital social da Chargebackops, LLC (“ChargebackOps”).

Fundada em 2015 e sediada em Utah, Estados Unidos da América, a ChargebackOps é uma empresa especializada em disputa e gerenciamento de chargeback (estornos). O chargeback é um mecanismo de proteção aos titulares de cartões de débito ou crédito, permitindo que os titulares de cartões de débito ou crédito recebam seu dinheiro de volta caso tenham, entre outros motivos, transações fraudulentas, insatisfações com produtos ou serviços.

O gerenciamento de chargeback é o serviço fornecido a comerciantes de comércio eletrônico e qualquer comerciante que aceite uma forma de pagamento digital para contestar chargeback e reverter a perda de receita.



A Companhia entende que sua solução antifraude e a solução de disputa e gerenciamento de chargeback da ChargebackOps são complementares e que o gerenciamento de chargeback está se tornando parte do negócio principal.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da ChargebackOps na data da aquisição é apresentado a seguir:

	<u>Valor justo reconhecido na aquisição</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	696
Contas a receber	426
Intangível - carteira de clientes	3.778
	<u>4.900</u>
Passivos	
Fornecedores	(14)
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(982)
	<u>(996)</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	<u>3.904</u>
Ágio na aquisição	17.594
Total da contraprestação	<u>21.498</u>

O ágio pago de R\$17.594 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. O ágio está alocado na única unidade geradora de caixa da controlada ClearSale LLC.

Contraprestação de compra

Caixa pago	19.436
Contraprestação contingente assumida	2.063
Total da contraprestação	<u>21.498</u>

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Custos da transação da aquisição (incluídos no fluxo de caixa das atividades operacionais)	(19.436)
Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	696
Fluxo de caixa líquido da aquisição	<u>(18.740)</u>



Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra com os antigos sócios da ChargebackOps, foi acordada uma contraprestação contingente. Os pagamentos adicionais foram acordados da seguinte forma:

O valor justo da contraprestação contingente estimado em R\$2.063 na data da aquisição, foi liquidado em caixa em 27 de janeiro de 2023 o montante de R\$854 e o montante de R\$950 residual (R\$581 saldo convertido em dezembro de 2023), foi liquidado em 02 de fevereiro de 2024.

Estas contraprestações estão baseadas em metas fixadas em contrato, principalmente relacionadas a aumento de receita, da carteira de clientes e de margens, que serão apuradas de acordo com gatilhos no exercício. Há também um montante de R\$151 (R\$145 saldo convertido em dezembro de 2023) a ser quitado em até 24 meses, podendo ser deduzido de indenizações identificadas no período.

Considerando que a ChargebackOps está situada em Utah, Estados Unidos da América e sua moeda local é o dólar, os valores desta combinação de negócios foram apresentados utilizando a taxa de conversão do dólar para reais no dia da aquisição. Os passivos relacionados a contraprestação contingente foram ajustados da data de aquisição até a data de reporte para refletir seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais indicadores de performance da ChargebackOps mostraram que as metas do pagamento inicial foram atingidas e é provável que as metas do segundo pagamento serão atingidas, considerando as movimentações já realizadas pela mesma e as sinergias já obtidas na operação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	379.206	473.275	379.206	474.259
Bancos	1	322	9.546	5.279
Caixa	44	46	44	46
	379.251	473.643	388.796	479.584

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de investimentos não exclusivos, ambos títulos de recompra garantida, remunerados pela variação da taxa CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a baixa volatilidade. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade média foi de 100,6% do CDI (103,1 % em 31 de dezembro de 2022).



6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	5.261	-	5.370	-
Não circulante	-	5.042	-	5.042

Todos os montantes registrados nessa rubrica não têm a possibilidade de resgate imediato. A Controladora possui um fundo de reserva de investimento no valor de R\$2.026 (R\$5.042 em 31 de dezembro de 2022) como garantia do financiamento conforme nota explicativa 15.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas a receber de clientes	89.863	93.472	107.031	105.853
Receitas a faturar (i)	22.938	36.405	28.117	42.167
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(14.186)	(9.438)	(17.078)	(10.827)
	98.615	120.439	118.070	137.193

(i) A Companhia presta serviços cujos preços estão atrelados a medições realizadas em cada período de prestação, os registros destas receitas são efetuados por competência e a emissão de NFS-e pode ocorrer em período subsequente devido ao fechamento do mês.

O prazo médio de recebimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 é de aproximadamente 78 dias (92 dias em 31 de dezembro de 2022).

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia acompanha permanentemente o saldo devedor de seus clientes e registra provisão para perdas de crédito esperadas a fim de que suas contas a receber reflitam de forma fidedigna o valor recuperável de seus ativos. Em 31 de dezembro 2023, a Companhia registrou provisão para perdas de 100% dos recebíveis de clientes em processo de recuperação judicial até a data da publicação desta demonstração financeira.

7.1 Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi como segue:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	(2.796)	(3.258)
Constituição	(7.132)	(8.138)
Reversão	490	569
Em 31 de dezembro de 2022	(9.438)	(10.827)
Constituição	(5.463)	(7.973)
Reversão	715	1.722
Em 31 de dezembro de 2023	(14.186)	(17.078)



7.2 Composição das contas a receber por faixa de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo a vencer	69.221	86.742	72.253	91.901
Saldo vencido:				
De 1 a 90 dias	6.042	3.428	10.821	8.403
De 90 a 180 dias	2.333	2.620	6.274	3.602
Acima de 180 dias	12.267	682	17.683	1.947
	89.863	93.472	107.031	105.853

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ") / Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a compensar (i)	18.062	21.743	18.062	21.743
Imposto de renda retido na fonte (ii)	7.845	3.398	7.845	3.398
Programa de integração social ("PIS") / Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") a compensar	1.085	1.979	1.085	1.979
Instituto nacional do seguro social ("INSS") a compensar	-	1.517	-	1.517
Outros impostos a recuperar	118	120	3.302	3.555
	27.110	28.757	30.294	32.192
Circulante	26.735	28.536	29.919	31.971
Não circulante	375	221	375	221

(i) Trata-se de créditos oriundos de: a) benefícios fiscais; e b) créditos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com previsão de realização até o próximo exercício.

(ii) Composto principalmente por impostos a recuperar referente a aplicações financeiras.

9. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas mais relevantes são entre a Controladora e a Clearsale LLC e referem-se a cobrança de custo de pessoal.

Ativo	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Clearsale LLC - Não circulante (i)	16.427	35.992
	16.427	35.992

Passivo	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Clearsale LLC - Não circulante (ii)	2.656	-
	2.656	-

(i) Refere-se a receita de intercompany auferida pela prestação de serviços da controladora à sua controlada. No primeiro semestre de 2023 ocorreu liquidação parcial do saldo de partes relacionadas entre Controladora e Clearsale LLC mediante aumento de capital (R\$ 41.389), conforme nota explicativa 10.

(ii) Refere-se a receita de intercompany auferida pela prestação de serviços da controladora à sua controlada.

**Resultado**

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	24.492	20.342
Custo dos serviços prestados	(12.036)	(15.880)
Gerais e administrativas e com vendas	(2.656)	(2.364)
	9.800	2.098

b) Remuneração da Administração

	31/12/2023	31/12/2022
Salários, encargos e benefícios	8.276	7.836
Bônus e participações no resultado	1.935	4.404
Remuneração baseada em ações	5.280	6.602
	15.491	18.842

O programa de Bônus e participações no resultado objetiva o alinhamento dos interesses dos executivos e da Companhia e seus acionistas. É regido por metas que abrangem todos os Diretores com indicadores básicos para garantir crescimento e sustentabilidade da Companhia.

Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia que considera a estimativa de cumprimento de tais metas.

10. Investimentos em controladas (Controladora)**a) Investimentos**

A movimentação dos investimentos em empresas controladas é demonstrada abaixo:

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

							Investimentos	
	Saldo 31/12/2022	Amortização da carteira de clientes	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Aumento de capital (ii)	Instrumentos patrimoniais outorgados	Variação cambial	Incorporação	Saldo 31/12/2023
Clearsale LLC	5.686	-	(30.023)	65.365	814	(1.551)	-	40.291
Beta Learning	50.839	(851)	895	-	-	-	(50.883)	-
	56.525	(851)	(29.128)	65.365	814	(1.551)	(50.883)	40.291

- (i) O resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da controladora é composto pelo resultado de equivalência patrimonial, adicionado o montante de amortização da carteira de clientes.
- (ii) Aumento se deu em função da liquidação do saldo de partes relacionadas entre Controladora e Clearsale LLC referente a operação de compartilhamento de despesas (*Cost Sharing*) no montante de R\$41.389 e por aumento através de caixa no valor de R\$23.976.



Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Investimentos							
	Saldo 31/12/2021	Aquisição de controlada	Amortização da carteira de clientes	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Aumento de capital	Instrumentos patrimoniais outorgados	Variação cambial	Saldo 31/12/2022
Clearsale LLC	19.223	-	-	(56.634)	48.179	(4.415)	(667)	5.686
Beta Learning	-	52.080	(1.563)	322	-	-	-	50.839
	19.223	52.080	(1.563)	(56.312)	48.179	(4.415)	(667)	56.525

(i) O resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da controladora é composto pelo resultado de equivalência patrimonial, adicionado o montante de amortização da carteira de clientes.

Em 31 de dezembro de 2023:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do período/Lucro	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	40.291	(30.023)	70.651	69.222

Em 31 de dezembro de 2022:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do período/Lucro	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	(5.675)	(56.634)	56.114	60.831
Beta Learning	(232)	322	2.239	18.272

Como controlada indireta, a Companhia possui investimento de 100% na empresa ChargebackOps, que foi adquirida em 26 de janeiro de 2022.

**11. Imobilizado**

	Controladora						
	Taxa média a.a.	31/12/2022	Adições	Transferências	Saldo incorporado	Baixas	31/12/2023
<u>Custo</u>							
Móveis e utensílios		95	-	-	-	(55)	40
Equipamentos de informática		32.306	39	-	96	(8.033)	24.408
Máquinas e equipamentos		167	164	-	-	(71)	260
Aparelhos telefônicos e celulares		353	216	-	-	-	569
Benfeitorias em bens de terceiros		103	341	6.080	-	(103)	6.421
Benfeitorias em andamento (i)		2.426	3.654	(6.080)	-	-	-
Total		35.450	4.414	-	96	(8.262)	31.698
<u>Depreciação acumulada</u>							
Móveis e utensílios	10,58%	(71)	(7)	-	-	47	(31)
Equipamentos de informática	26,11%	(17.623)	(7.286)	-	(51)	7.182	(17.778)
Máquinas e equipamentos	10,35%	(85)	(21)	-	-	43	(63)
Aparelhos telefônicos e celulares	49,50%	(228)	(177)	-	-	-	(405)
Benfeitorias em bens de terceiros	20,00%	(94)	(1.062)	-	-	103	(1.053)
Total		(18.101)	(8.553)	-	(51)	7.375	(19.330)
Imobilizado líquido		17.349	(4.139)	-	45	(887)	12.368

(i) Refere-se a benfeitorias realizadas na nova sede da Companhia em Barueri concluídas no primeiro trimestre de 2023.

	Consolidado					
	Taxa média a.a.	31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2023
<u>Custo</u>						
Móveis e utensílios		102	-	-	(60)	42
Equipamentos de informática		32.307	39	-	(8.044)	24.302
Máquinas e equipamentos		275	164	-	(71)	368
Aparelhos telefônicos e celulares		353	216	-	-	569
Benfeitorias em bens de terceiros		103	341	6.080	(103)	6.421
Benfeitorias em andamento (i)		2.426	3.654	(6.080)	-	-
Total		35.566	4.414	-	(8.278)	31.702
<u>Depreciação acumulada</u>						
Móveis e utensílios	10,58%	(73)	(7)	-	48	(32)
Equipamentos de informática	26,11%	(17.625)	(7.297)	-	7.188	(17.734)
Máquinas e equipamentos	10,35%	(132)	(21)	-	43	(110)
Aparelhos telefônicos e celulares	49,50%	(228)	(177)	-	-	(405)
Benfeitorias em bens de terceiros	20,00%	(94)	(1.062)	-	103	(1.053)
Total		(18.152)	(8.564)	-	7.382	(19.334)
Imobilizado líquido		17.414	(4.150)	-	(896)	12.368



(i) Refere-se a benfeitorias realizadas na nova sede da Companhia em Barueri concluídas no primeiro trimestre de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022:

Controladora				
Taxa média a.a.	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo				
Móveis e utensílios	993	-	(898)	95
Equipamentos de informática	29.869	3.297	(860)	32.306
Máquinas e equipamentos	320	-	(153)	167
Aparelhos telefônicos e celulares	149	204	-	353
Benfeitorias em bens de terceiros	2.630	-	(2.527)	103
Benfeitorias em andamento	-	2.426	-	2.426
Total	33.961	5.927	(4.438)	35.450
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	11,60%	(760)	(66)	755
Equipamentos de informática	26,04%	(10.910)	(7.488)	775
Máquinas e equipamentos	10,00%	(176)	(26)	117
Aparelhos telefônicos e celulares	23,20%	(141)	(87)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	20,00%	(2.281)	(184)	2.371
Benfeitorias em andamento	-	-	-	-
Total		(14.268)	(7.851)	4.018
Imobilizado líquido		19.693	(1.924)	(420)
Consolidado				
Taxa média a.a.	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo				
Móveis e utensílios	998	5	(901)	102
Equipamentos de informática	29.910	3.297	(900)	32.307
Máquinas e equipamentos	320	108	(153)	275
Aparelhos telefônicos e celulares	149	204	-	353
Benfeitorias em bens de terceiros	2.630	-	(2.527)	103
Benfeitorias em andamento	-	2.426	-	2.426
Total	34.007	6.040	(4.481)	35.566
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	11,60%	(762)	(66)	755
Equipamentos de informática	26,04%	(10.920)	(7.488)	783
Máquinas e equipamentos	10,00%	(176)	(73)	117
Aparelhos telefônicos e celulares	23,20%	(141)	(87)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	20,00%	(2.281)	(184)	2.371
Total		(14.280)	(7.898)	4.026
Imobilizado líquido		19.727	(1.858)	(455)



12. Intangível

		Controladora			
	Taxa média a.a.	31/12/2022	Adições	Saldo incorporado	31/12/2023
<u>Custo</u>					
Sistema de Gestão Empresarial (i)		15.201	2.670	-	17.871
Software operacional (ii)		167.051	76.708	-	243.759
Carteira de clientes (iii)		-	-	8.168	8.168
Ágio (iii)		-	-	46.780	46.780
Total		182.252	79.378	54.944	316.574
<u>Amortização acumulada</u>					
Sistema de Gestão Empresarial (i)	12,99%	(7.708)	(2.751)	-	(10.459)
Software operacional (ii)	10,01%	(34.659)	(24.961)	-	(59.620)
Carteira de clientes (iii)	30,00%	-	(1.290)	(3.652)	(4.942)
Total		(42.367)	(29.002)	(3.652)	(75.021)
Intangível líquido		139.885	50.376	51.292	241.553

		Consolidado			
	Taxa média a.a.	31/12/2022	Adições	Varição cambial	31/12/2023
<u>Custo</u>					
Sistema de Gestão Empresarial (i)		24.096	5.057	(808)	28.345
Software operacional (ii)		171.671	82.352	(420)	253.603
Carteira de clientes (iii)		11.829	-	(264)	11.565
Ágio (iii)		63.838	-	(1.231)	62.607
Total		271.434	87.409	(2.723)	356.120
<u>Amortização acumulada</u>					
Sistema de Gestão Empresarial (i)	12,99%	(8.565)	(3.830)	43	(12.352)
Software operacional (ii)	10,01%	(34.974)	(25.682)	103	(60.553)
Carteira de clientes	30,00%	(3.371)	(3.630)	105	(6.896)
Total		(46.910)	(33.142)	251	(79.801)
Intangível líquido		224.524	54.267	(2.472)	276.319



Em 31 de dezembro de 2022:

Controladora				
Taxa média a.a.	31/12/2021	Adições	Transferências	31/12/2022
Custo				
Sistema de Gestão Empresarial (i)	6.918	6.513	1.770	15.201
Software operacional (ii)	78.133	88.918	-	167.051
Software em andamento	-	1.770	(1.770)	-
Total	85.051	97.201	-	182.252
Amortização acumulada				
Sistema de Gestão Empresarial (i)	12,95%	(4.487)	(3.221)	-
Software operacional (ii)	10,04%	(21.348)	(13.311)	-
Total		(25.835)	-	(42.367)
Intangível líquido		59.216	-	139.885

Consolidado				
Taxa média a.a.	31/12/2021	Adições	Transferências	31/12/2022
Custo				
Sistema de Gestão Empresarial (i)	10.453	11.874	1.770	24.097
Software operacional (ii)	80.455	91.216	-	171.671
Software em andamento	-	1.770	(1.770)	-
Carteira de clientes	-	11.829	-	11.829
Ágio	-	63.838	-	63.838
Total	90.908	180.527	-	271.435
Amortização acumulada				
Sistema de Gestão Empresarial (i)	12,95%	(4.748)	-	(8.566)
Software operacional (ii)	10,04%	(21.409)	-	(34.974)
Carteira de clientes (i)	30%	-	-	(3.371)
Total		(26.157)	-	(46.911)
Intangível líquido		64.751	-	224.524

Avaliação do valor recuperável do ágio

Ativos com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*, levando em consideração a geração de valor do conjunto de ativos que suportaram sua mensuração.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos.



Premissas utilizadas	Beta Learning	ChargeBackOps
Ágio	46.780	15.829
Receitas	Projetada para 2024 conforme previsto para o plano de negócios da empresa. De 2025 a 2028 baseado em relatório de especialistas pesquisas na ferramenta CapitalQ, que projeta o crescimento da receita da Clear Sale esperado pelo mercado.	Projeção para 2023 conforme previsto para os negócios e que foi acordado no plano da empresa. De 2025 a 2028, inflação projetada e fazendo com que o crescimento histórico tenha uma curva de até chegar “a zero” na perpetuidade.
Custos e Despesas	Custos 100% variáveis com a ROL, considerando a perspectiva da administração de ter o custo em 2024 equivalente a 57% da Receita Líquida Operacional. Despesas foram segregadas em fixas e variáveis, sendo 20% variáveis com a ROL e 80% fixas ajustadas pela inflação projetada.	Considerado para Custos dos serviços prestados 100% variáveis com a ROL. Despesas foram segregadas em fixas e variáveis, sendo fixas 100% reajustadas pela inflação projetada e comerciais 100% variáveis com a ROL, considerando o histórico recente da empresa.
Taxa de desconto	14,60%	12,20%
Taxa de crescimento da perpetuidade	Inflação projetada	Projeção Capex imobilizado: reposição da depreciação.

O estudo de valor (cálculo do valor em uso) da Empresa ou UGC foi baseado na abordagem da renda (método do fluxo de caixa descontado ou DCF). Os fluxos de caixa operacionais (“free-cash-flow-to-firm” ou “FCFF”) foram projetados de forma individual, sendo descontados a valor presente pelo WACC (custo médio ponderado de capital para os provedores de capital da Empresa). A taxa de desconto média da Companhia é a mesma por região geográfica devido as premissas de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia revisou as projeções futuras, bem como o fluxo de caixa e não identificou indicadores de perda no valor recuperável que indiquem constituição de *impairment*.

Análise de sensibilidade

Realizamos a análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento da Beta Learning e ChargeBackOps considerando um acréscimo ou uma redução de 0,5% na taxa de desconto e de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade. A análise de sensibilidade não resultou em *impairment*.

As principais naturezas que compõem o intangível da Companhia referem-se a desenvolvimentos de sistemas de informação, alinhado a estratégia de constante evolução das suas ferramentas de tecnologia.



Abaixo resumo das rubricas que compõem o intangível:

- (i) Refere-se a desenvolvimentos ou implantações de sistemas integrados (ERP).
- (ii) Trata-se de desenvolvimentos dos sistemas relacionados a nossa plataforma de soluções. Os incrementos contínuos nos softwares visam melhorar a integração com plataformas, otimizar o desempenho, garantir segurança e personalização.
- (iii) O saldo consolidado nestas rubricas está relacionado a aquisições das controladas Beta Learning e Chargeback Ops e refere-se ao ágio alocado como carteira de clientes no valor de R\$11.829, bem como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R\$63.838. Na Controladora o saldo está relacionado apenas a Beta Learning.

13. Direito de uso

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
<u>Custo</u>				
Ativo de direito de uso (imóveis)	5.517	-	(2.364)	3.153
Ativo de direito de uso (licenças)	-	15.749	-	15.749
Total	5.517	15.749	(2.364)	18.902
<u>Amortização acumulada</u>				
Ativo de direito de uso (imóveis)	(2.247)	(733)	2.280	(700)
Ativo de direito de uso (licenças)	-	(1.935)	-	(1.935)
Total	(2.247)	(2.668)	2.280	(2.635)
Direito de uso	3.270	13.081	(84)	16.267

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
<u>Custo</u>				
Ativo de direito de uso (imóveis)	11.819	3.153	(9.455)	5.517
Total	11.819	3.153	(9.455)	5.517
<u>Amortização acumulada</u>				
Ativo de direito de uso (imóveis)	(7.463)	(2.083)	7.299	(2.247)
Total	(7.463)	(2.083)	7.299	(2.247)
Direito de uso	4.356	1.070	(2.156)	3.270

**14. Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Antecipadas (i)	9.366	6.105	9.810	6.105
Adiantamentos a empregados	2.579	1.613	2.579	1.627
Depósitos judiciais	2.282	2.106	2.282	2.106
Adiantamentos a fornecedores	968	379	1.460	379
Outros créditos	129	149	129	409
	15.324	10.352	16.260	10.626
Circulante	13.030	8.235	13.966	8.509
Não circulante	2.294	2.117	2.294	2.117

(i) Trata-se de contratos com fornecedores referente a licenças, seguros e bases de dados. Os montantes constantes nessas rubricas são reconhecidos no resultado da Companhia conforme a vigência dos contratos.

15. Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado				
	Taxa	Taxa média de juros (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Operação 4131 – Santander	Pré-fixada	10,82%	12.593	22.624
Operação 4131 – Citibank (i)	Pré-fixada	7,95%	1.503	7.673
Capital de giro – Itaú	Pós-fixada	CDI + 3,50%	10.968	22.594
Capital de giro – Itaú	Pré-fixada	7,95%	-	5.927
Cartão BNDES – Bradesco	Pré-fixada	16,08%	8	305
Total			25.072	59.123
Circulante			23.405	35.335
Não circulante			1.667	23.788

(i) Operação em dólar.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	102.849
Juros incorridos	7.881
Amortizações de principal	(43.073)
IOF Incorrido	(391)
Pagamento de juros	(8.143)
Saldo em 31 de dezembro 2022	59.123
Juros incorridos	7.644
Amortizações de principal	(33.154)
IOF Incorrido	(265)
Pagamento de juros	(8.276)
Saldo em 31 de dezembro 2023	25.072



Op. 4131 - Santander - refere-se a empréstimos em reais para financiamento da operação da Companhia. Os pagamentos são divididos em 48 parcelas e possuem como garantia de contrato de principal de prestação de serviços entre as partes.

Op. 4131 - Citibank - refere-se a empréstimos para financiamento da operação da Companhia. Os pagamentos são divididos em 48 parcelas e possuem como garantia real 20% do montante em aplicações financeiras dentro da própria instituição financeira.

Capital de giro - Itaú Pré-Fixado - refere-se a empréstimos para financiamento da operação da Companhia. Os pagamentos são parcelados em 48 parcelas e possuem como garantia real 10% do montante em duplicatas.

Capital de giro - Itaú Pós Fixado - refere-se a empréstimos para financiamento da operação da Companhia. Os pagamentos são divididos em 48 parcelas e possuem como garantia real, 20% do montante em aplicação financeira e R\$10 milhões em fluxo de recebimentos.

Cartão BNDES - Bradesco - referem-se a financiamentos de equipamentos de informática que são credenciados pelo BNDES. Os pagamentos são divididos entre 12 e 48 parcelas.

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras, conforme as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”):

Credor	Covenants Financeiros	Limites	Período de Apuração
Itaú	Dívida líquida / EBITDA	Menor ou igual a: 1,5x em 2019; 1,0x em 2020, 2021 e 2022 e 2023;	Anual, em 31 de dezembro
Citibank	Dívida líquida / EBITDA	Menor ou igual a 2,0x	Anual, em 31 de dezembro

A Companhia cumpriu com esses *covenants* em 31 de dezembro de 2023.

Os pagamentos mínimos futuros dos contratos de financiamento são como segue:

Ano	31/12/2023
2024	23.405
2025	1.667
	25.072



16. Passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamento	8.446	623
Juros sobre arrendamento	(1.893)	(21)
Circulante	6.553	602
Passivo de arrendamento	10.767	4.227
Juros sobre arrendamento	(1.512)	(1.247)
Não circulante	9.255	2.980
	15.808	3.582

Abaixo segue a movimentação do período:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.582	5.580
Adição (i)	15.749	3.153
Baixa	(229)	(2.641)
Encargos financeiros	1.417	343
Pagamento	(4.711)	(2.853)
Saldo	15.808	3.582

(i) Em 2023 refere-se a novo contrato de arrendamento de direito de uso de licenças. Em 2022 refere-se ao novo contrato de arrendamento do aluguel do prédio da nova sede da Controladora localizado em Barueri. Os valores referentes ao prédio antigo da Barra funda foram baixados em setembro de 2022 e o último andar em maio de 2023.

Compromissos futuros:

Descrição	Controladora e Consolidado					Saldo
	2023	2024	2025	2026	2027 e após	
Inflação projetada	4,46%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%	
Fluxo de pagamentos		8.097	7.552	1.769	1.822	19.241

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	19.890	20.468	19.889	20.468
Fornecedores estrangeiros	334	4	9.210	8.184
	20.224	20.472	29.099	28.652

A controladora e suas subsidiárias não possuem e/ou não oferecem a seus fornecedores operações de risco sacado.



18. Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pis/Cofins a pagar	1.592	4.308	1.592	4.308
Contribuição Previdenciária sobre receita bruta	2.061	3.562	2.061	3.562
ISS a recolher	1.333	1.956	1.333	1.956
Outros impostos	804	1.250	804	1.289
IRPJ/CSLL a pagar	-	73	-	535
	5.790	11.149	5.790	11.650

19. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	20.550	19.507	20.550	20.367
Participações nos lucros ou resultados a pagar	19.852	83	19.852	83
Provisão de encargos sobre férias	3.181	3.020	3.181	3.147
Encargos de pagamento baseado em ações (i)	3.080	2.939	4.154	4.418
IRRF a recolher	5.217	4.837	5.217	5.035
INSS a recolher	2.448	2.451	2.448	2.677
FGTS a recolher	2.463	2.369	2.463	2.464
Consignado a repassar	315	452	315	452
Salários a pagar	629	432	629	432
Demais encargos	19	9	19	9
	57.754	36.099	58.828	39.084
Circulante	55.048	34.000	55.655	36.463
Não circulante	2.706	2.099	3.173	2.621

(i) Refere-se a valores de provisão de encargos sobre os programas de remunerações em ações, conforme nota explicativa 20.

20. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para bônus de vendas	1.967	6.873	1.967	6.873
Provisão para rebates	3.931	3.210	6.576	3.210
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	275	190	275	190
Outras provisões	214	164	214	164
	6.387	10.437	9.032	10.437
Circulante	6.112	10.247	8.757	10.247
Não circulante	275	190	275	190



Provisão para bônus de vendas

A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem.

Desta forma, a Companhia aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o exercício de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

Provisão para rebates

A Companhia oferece um produto, onde constam abatimentos ou descontos para os seus clientes caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Na ocorrência de vendas em que ocorreram fraudes não identificadas pela Companhia, o mesmo valor da transação é provisionado para posterior reembolso ou abatimento a ser compensado com valores a receber do cliente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, não provisionadas, por natureza, representam os seguintes montantes:

	Controlada e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	3.222	2.041
Tributário	3.865	2.418
Cível	521	111
	7.608	4.570

21. Programas de Incentivos de Longo Prazo baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora possui registrados montantes relativos a Programas de Incentivos de Longo Prazo baseado em ações outorgados em exercícios anteriores e no exercício corrente, assim divididos:

1. ILP1 A - Programa de Ações Restritas: dois programas de ações restritas antigos de 2016 a 2021, com distribuições encerradas.
2. ILP1 B - Programa 2022/2025: Programa de ações restritas aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em fevereiro de 2022 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em abril de 2022.
3. ILP2 - Programa de opções de compra de Ações 2021/2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2021 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de maio de 2021.



4. Programa de Phantom Shares da ClearSale LLC 2021/2024 aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2021.

Os benefícios advindos dos programas estão condicionados a performance ou ao preço da ação e foram calculados com base e metodologias para análise das estimativas.

Abaixo demonstrativo de quantidade, métricas e movimentação de cada plano:

Quantidades de ações:

	Controladora e Consolidado				Consolidado	
	ILP1 A e ILP1 B		ILP2		Phantom shares	
	Quantidades	MPPE (R\$) (i)	Quantidades	MPPE (R\$) (i)	Quantidades	MPPE (R\$) (i)
31 de dezembro de 2021	1.976.268	9,71	1.315.398	15,00	6.222	165,42
Concedidas	800.738	6,16	3.595.889	5,12	13.256	-
Canceladas	(38.358)	-	(946.979)	-	(13.880)	-
Exercidas	(808.108)	6,60	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	1.930.540	5,26	3.964.308	7,43	5.598	149,85
Concedidas	1.241.136	5,99	-	-	-	-
Canceladas	(139.766)	-	(343.034)	-	-	-
Exercidas	(770.264)	5,47	-	-	-	-
Transferências	232.235	-	(232.237)	-	-	-
31 de dezembro de 2023	2.493.881	3,96	3.389.037	7,74	5.598	120,22

(i) MPPE - Média ponderada do preço de exercício.

Premissas:

	Programa de Ações Restritas com Condições de Performance 2016/2021 (ILP1 A)	Programa de Ações Restritas com critérios de performance 2022/2025 (ILP1 B)	Programa de Opção de Compra de Ações (ILP2) 2021/2024	Phantom Shares da ClearSale LLC 2021/2024
Vigência:	3 anos (2023) - sem novas outorgas previstas	4 anos (2025) ou teto de diluição	3 anos (2024) ou teto de diluição	3 anos (2024) ou teto de diluição
Volatilidade média	46%	52%	50%	N/A
Termos e Condições:	Aquisição de ações com PLR e matching - 50% PLR --> Matching de 1,34x - 33% PLR -> Matching de 1,0x	Múltiplo de salário em ações - Retenção: 50% das ações outorgadas após Prazo de Carência (3 anos) - Performance: 50% das ações outorgadas sujeitas a Condições de Performance	Stock Option com mega-grant	Múltiplo de salário em Phantom Shares - Performance: Recebe de acordo com o atingimento da meta de receita da ClearSale LLC.
Vesting:	4 anos da outorga	3 anos da outorga	Até 5 anos da outorga, 20% ao ano	3 anos da outorga
Prazo de exercício:	NA	NA	10 anos da outorga	NA
Pricing:	Preço médio ponderado pelo volume de 30 dias	Preço médio ponderado pelo volume de 30 dias	O preço da opção é definido no momento da outorga inicial (mega grant)	O preço da phantom share é definido pelo valuation da ClearSale LLC feito por uma consultoria independente.

**Movimentação:**

Movimentações dos programas Ações Restritas Antigos de 2016 e 2021 e Ações Restritas 2022/2025 (ILP 1 A ILP1 B)

	Controladora	Consolidado
Saldo 31 de dezembro de 2021	4.188	5.256
Constituição de provisão	2.972	4.461
Reversão de provisão	(3.352)	(3.752)
Saldo 31 de dezembro de 2022	3.808	5.965
Constituição de provisão	2.662	3.617
Reversão de provisão	(4.241)	(7.310)
Saldo 31 de dezembro de 2023	2.229	2.272
Circulante	159	166
Não Circulante	2.070	2.106

A movimentação dos instrumentos patrimoniais outorgados do programa 2021/2024 (ILP2) está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
31 de dezembro de 2021	9.879
Outorgas	1.725
Transferência encargos	(337)
31 de dezembro de 2022	11.267
Constituição de provisão	2.634
31 de dezembro de 2023	13.901

Levando em consideração que o Programa 2021/2024 (ILP2) se caracteriza como programa remuneratório, há incidência de encargos sociais, devidamente provisionados, os quais sofreram a seguinte movimentação:

	Encargos sociais	
	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2021	1.886	2.279
Constituição de provisão	1.222	2.276
Reversão (cancelamentos)	(506)	(111)
Transferência encargos	337	(26)
31 de dezembro de 2022	2.939	4.418
Constituição de provisão	2.617	3.118
Reversão (cancelamentos)	(2.476)	(3.382)
31 de dezembro de 2023	3.080	4.154



A movimentação das *phantom shares* está demonstrada a seguir:

	Consolidado
31 de dezembro de 2021	1
Phantom shares outorgadas	105
31 de dezembro de 2022	106
Phantom shares outorgadas	7
Reversão (cancelamentos)	(106)
31 de dezembro de 2023	7

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R\$789.380 totalmente subscrito e integralizado, representado por 187.926.060 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia já utilizou todo o capital autorizado.

22.2. Reserva de capital e opções outorgadas

A movimentação da reserva de capital e opções outorgadas estão demonstradas de acordo com o quadro a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	51.269
Absorção do prejuízo por reserva de lucro	(6.768)
Instrumentos Patrimoniais Outorgados (i)	4.590
Resultado obtido na venda de ações (ii)	1.080
Em 31 de dezembro de 2022	50.171
Instrumentos Patrimoniais Outorgados (i)	5.221
Em 31 de dezembro de 2023	55.392

(i) Referente aos instrumentos patrimoniais outorgados relacionados ao Plano de remunerações em Ações ILP 2 - programa 2021/2024.

(ii) Resultado obtido na venda de ações.

	Quantidade de ações (em milhares unidades)	Valor (em milhares)	Preço médio por ação (em Reais)
Recompra	1.180	(4.880)	4,14
Vendas	(1.180)	5.960	5,05
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.080	4,59

Em 01/07/2022 a Controladora efetuou a recompra de 1.180 ações ordinárias de emissão própria com o objetivo de venda em curto prazo. Em 22 de setembro de 2022, a Controladora vendeu a totalidade dessas ações, gerando um ganho de R\$1.080 nessa operação.



22.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2023 não foi constituída reserva.

22.4. Reserva de lucros

Do saldo do lucro líquido do período, 5% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo: (a) 25%, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) o lucro remanescente poderá ser (i) retido com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (ii) destinado à reserva estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro da Companhia, suas controladas e/ou coligadas e que não poderá ultrapassar o valor do capital social. O saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo. Em dezembro de 2023 não foi constituída reserva.

22.5. Resultado por ação

a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	(28.005)	(37.061)
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado básico por ação (em milhares)	187.926	187.929
Prejuízo por ação total (expresso em R\$ por ação) - básico	(0,1490)	(0,1972)

b) Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, presumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Controladora tem uma categoria de instrumentos patrimoniais com efeitos diluidores: opções de compra de ações. É feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Controladora), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto do programa de opção de compra de ações 2020/2024. A quantidade de ações assim calculadas é



comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Os impactos dos planos de opções de ações poderiam potencialmente diluir o resultado por ação básico no futuro. Estes efeitos não foram incluídos no cálculo do resultado por ação diluído no exercício uma vez que a Companhia apresentou prejuízo.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	(28.005)	(37.061)
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado básico por ação (em milhares)	187.926	187.929
Prejuízo resultado diluído por ação - R\$ - sem efeito dilutivo decorrente de prejuízo	(0,1490)	(0,1972)

23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

23.1. Ativo e passivo fiscal diferido

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Plano de incentivo de longo prazo	9.425	7.436	9.425	7.436
Provisão para perda de créditos esperadas	4.823	3.209	4.823	3.209
Provisão contas a pagar	5.068	2.400	5.068	2.400
Provisão de Participação nos lucros ou resultados	6.750	-	6.750	-
Provisão para bônus de vendas	669	2.337	669	2.337
Provisão para garantia	1.337	1.091	1.337	1.091
Amortização do direito de uso	-	107	-	107
Depreciação de ativos imobilizados	107	303	107	303
Outras provisões	93	64	93	64
Resultado com derivativo	3.038	-	3.038	-
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	2.028	-	2.028	-
	33.338	16.947	33.338	16.947
Passivo				
Amortização fiscal	13.995	8.193	13.995	8.193
Combinação de negócios (mais valia)	-	-	376	2.662
Resultado com derivativo	-	2.010	-	2.010
Amortização ágio - incorporação Beta (i)	1.325	-	1.325	-
Amortização do direito de uso	156	-	156	-
Outros	60	-	60	-
	15.536	10.203	15.912	12.865
Imposto de renda e contribuição social, líquido	17.802	6.744	17.426	4.082



- (i) A Companhia adquiriu o direito de dedutibilidade no imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 15.905 equivalente a 34% sobre o valor do ágio incorporado. Esse valor será amortizado fiscalmente em até cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerado por sua controlada ClearSale LLC no valor de R\$ 55.572 (R\$ 44.919 em 31 de dezembro de 2022), tais créditos não possuem prazo de prescrição.

A expectativa de realização do saldo diferido está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado	
2024	10.636
2025	7.905
2026	6.892
2027	4.157
2028 e após	3.748
	33.338

23.2. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva da Companhia e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.069)	(30.299)	(41.301)	(28.956)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	13.963	10.302	14.042	9.845
<i>Ajustes para demonstração da taxa efetiva:</i>				
Despesas não dedutíveis	3.138	(1.225)	3.225	(2.534)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.193)	(19.678)	-	-
Prejuízo sem constituição de diferido (i)	-	-	(9.751)	(19.256)
Outras exclusões/(adições) líquidas	858	3.839	482	3.840
Prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores (ii)	5.298	-	5.298	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	13.064	(6.762)	13.296	(8.105)
Imposto de renda e contribuição social correntes	472	(6.329)	(7)	(8.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.592	(433)	13.303	371
Alíquota efetiva	-32%	22%	-32%	28%

(i) No consolidado refere-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controlada, sobre os quais não são constituídos créditos tributários diferidos.

(ii) Trata-se de benefícios fiscais oriundos da Lei de incentivo a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, além de revisão de obrigações acessórias.



A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2022	Saldo incorporado	Reconhecidos no Resultado	Saldo em 31/12/2023
Plano de incentivo de longo prazo	7.436	-	1.989	9.425
Provisão para perda de créditos esperadas	3.209	-	1.614	4.823
Provisão contas a pagar	2.400	-	2.668	5.068
Provisão de Participação nos lucros ou resultados	-	-	6.750	6.750
Provisão para bônus de vendas	2.337	-	(1.668)	669
Provisão para garantia	1.091	-	246	1.337
Depreciação de ativos imobilizados	303	-	(196)	107
Outras provisões	64	-	30	94
Resultado com derivativo	(2.010)	-	5.048	3.038
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	2.029	2.029
Amortização fiscal	(8.193)	-	(5.802)	(13.995)
Combinação de negócio Beta Learning (mais valia)	-	(1.534)	1.534	-
Utilização do Ágio - Ref aquisição empresa Beta	-	-	(1.325)	(1.325)
Amortização do direito de uso	107	-	(263)	(156)
Outros	-	-	(62)	(62)
Imposto líquido ativo	6.744	-	12.592	17.802

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Varição cambial	Reconhecidos no Resultado	Saldo em 31/12/2023
Plano de incentivo de longo prazo	7.436	-	1.989	9.425
Provisão para perda de créditos esperadas	3.209	-	1.614	4.823
Provisão contas a pagar	2.400	-	2.668	5.068
Provisão de Participação nos lucros ou resultados	-	-	6.750	6.750
Provisão para bônus de vendas	2.337	-	(1.668)	669
Provisão para garantia	1.091	-	246	1.337
Depreciação de ativos imobilizados	303	-	(196)	107
Outras provisões	64	-	30	94
Resultado com derivativo	(2.010)	-	5.048	3.038
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	2.029	2.029
Amortização fiscal	(8.193)	-	(5.802)	(13.995)
Combinação de negócio Beta Learning (mais valia)	(2.662)	41	2.245	(376)
Utilização do Ágio - Ref aquisição empresa Beta	-	-	(1.325)	(1.325)
Amortização do direito de uso	107	-	(263)	(156)
Outros	-	-	(62)	(62)
Imposto líquido ativo	4.082	41	13.303	17.426

24. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. A administração desses instrumentos



é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 3 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos desta política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	25.072	59.123	25.072	59.123
Passivo de arrendamento	15.808	3.582	15.808	3.582
Instrumentos financeiros derivativos	8.936	251	8.936	251
Contraprestação contingente a pagar	3.469	9.373	4.195	11.373
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	(384.512)	(473.643)	(394.166)	(479.584)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.567)	-	(1.567)
Dívida líquida	(331.227)	(402.881)	(340.155)	(406.822)
Patrimônio líquido	719.828	745.253	719.828	745.253
Patrimônio líquido e Dívida líquida	388.601	342.372	379.673	338.431
Quociente de alavancagem	-85,2%	-117,7%	-89,6%	-120,2%

ii) Risco de crédito

A política de crédito da Companhia considera o nível de risco a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento e limites individuais e consolidadas de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições consideradas de primeira linha.

As composições por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão detalhadas na nota explicativa 7.

iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir caixa suficiente para cobrir seus compromissos financeiros, por causa do descompasso do prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos estimados (representado principalmente por empréstimos e financiamentos e fornecedores a pagar). Para administrar a liquidez de caixa, futuros pressupostos de desembolsos e de recebimentos são estabelecidos, os quais são monitorados diariamente pela tesouraria.

A tabela a seguir apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

Controladora				
Em 31 de dezembro de 2023	< 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	8.702	17.358	1.687	27.747
Passivo de arrendamento	1.413	6.380	10.767	18.560
Fornecedores	20.110	89	25	20.224
	30.225	23.827	12.479	66.531

Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2023	< 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	8.702	17.358	1.687	27.747
Passivo de arrendamento	1.413	6.380	10.767	18.560
Fornecedores	28.985	89	25	29.099
Total	39.100	23.827	12.479	75.406

Controladora				
Em 31 de dezembro de 2022	< 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	40.153	25.866	66.019
Passivo de arrendamento Barra Funda	163	266	-	429
Passivo de arrendamento Barueri	-	-	4.930	4.930
Fornecedores	20.472	-	-	20.472
	20.635	40.419	30.796	91.850



Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado			
	< 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	40.153	25.866	66.019
Passivo de arrendamento Barra Funda	163	266	-	429
Passivo de arrendamento Barueri	-	-	4.930	4.930
Fornecedores	27.817	835	-	28.652
Total	27.980	41.254	30.796	100.030

iv) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger esta exposição nas citadas datas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	US\$	Real	US\$	Real
Passivo				
Fornecedores	1.902	9.210	1.569	8.184

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. O impacto no lucro antes dos tributos da Companhia deve-se às mudanças no valor justo dos ativos e passivos monetários. As taxas de conversão utilizadas conforme site do Banco Central do Brasil (BACEN) foram 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 (5,2177 em 31 de dezembro de 2022).

	Varição taxa do dólar	Efeitos no resultado antes dos tributos
31/12/2023	25%	2.303
	50%	4.605
	Varição taxa do dólar	Efeitos no resultado antes dos tributos
31/12/2022	25%	2.046
	50%	4.093

v) Risco com taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos, obtidos junto a instituições de primeira linha, sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 389.682, superior ao endividamento junta a terceiros na mesma data, fato que ameniza sensivelmente os riscos de liquidez em caso de flutuação das taxas de juros.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25 pontos base e 50 pontos base indicando o impacto na situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado				Aumento/Diminuição nos pontos base			
	31 de dezembro de 2023	Índice – % por ano (i)	Taxa base	25	-25	50	-50
Capital de giro - Itaú	10.968	CDI+3,50%	1.814	27	(27)	55	(55)
Total	10.968			27	(27)	55	(55)

Controladora e Consolidado				Aumento/Diminuição nos pontos base			
	31 de dezembro de 2022	Índice – % por ano (i)	Taxa base	25	-25	50	-50
Capital de giro - Itaú	22.594	CDI+3,50%	3.590	169	(169)	339	(339)
Total	22.594			169	(169)	339	(339)

(i) De acordo com o site da B3, o CDI utilizado na data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de 12,04% a.a. e 12,39% a.a., respectivamente.

24.1. Instrumentos financeiros derivativos

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou uma operação de swap de taxa de juros com o objetivo de mitigar a exposição cambial relacionada a um empréstimo denominado em dólar. O contrato de swap tem vencimentos trimestrais que começaram em 19 de maio de 2020 e encerram em 20 de fevereiro de 2024.



Em 10 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Controladora aprovou a celebração de contrato de derivativos, com liquidação exclusivamente financeira (Equity swap), tendo por referência ações de emissão da Controladora (“Contrato de Swap”). O Contrato de Swap poderá acarretar exposição a até 3.200.000 (três milhões e duzentas) ações ordinárias de emissão da Controladora e sua liquidação ocorrerá no prazo máximo de 18 meses. O Contrato de Swap permitiu à Controladora receber a variação de preço das ações de sua emissão negociadas em bolsa (ponta ativa), acrescida de eventuais proventos que vierem a ser declarados sobre o volume contratado e, em contrapartida, deverá pagar à contraparte CDI acrescido de uma taxa (ponta passiva), durante a vigência contrato. O Contrato de Swap possui liquidação exclusivamente financeira e foi negociado em mercado de balcão. A finalidade da operação é neutralizar os efeitos de eventuais alterações nos valores a serem despendidos pela Controladora para fazer frente aos programas de ações restritas incluídos no Programa de Incentivo de Longo Prazo da Controladora, em razão de oscilações na cotação das ações de emissão da Controladora.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Posição ativa		
Citibank SWAP op 4131 Libor + 1,77%a.a.	1.753	9.570
Santander CLS3 Variação de preço de CLSA3	11.986	17.993
Posição passiva		
Citibank SWAP op 4131 Pré fixada 7,95% a.a.	1.568	7.576
Santander CLS3 Taxa CDI +2%	21.107	18.671
Total Posição	(8.936)	1.316
Ativo Circulante	-	1.567
Passivo Circulante	(8.936)	(251)

24.2. Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Contas a receber e contas a pagar a fornecedores

A Companhia avaliou que os valores justos de contas a receber de clientes se aproximam de seus valores contábeis devido ao vencimento no curto prazo e ter a provisão de créditos de liquidação duvidosa desses instrumentos.



iii) Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado destes foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

iv) Passivos de arrendamento

A realização do cálculo do valor de mercado dos passivos de arrendamento foi realizada com base em estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos passivos de arrendamento, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

24.3. Mensuração do valor justo

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Valor contábil/ Valor justo	Valor contábil/ Valor justo
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	394.166	479.584
Contas a receber de clientes	118.070	137.193
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.567
	512.236	618.344
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	25.072	59.123
Passivo de arrendamento	15.808	3.582
Fornecedores	29.099	28.652
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.936	251
Contraprestação contingente a pagar	4.195	11.373
	83.110	102.981



A tabela a seguir apresenta as mudanças nos ativos e passivos de Nível II para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
	Contraprestação contingente a pagar em combinação de negócios	Contraprestação contingente a pagar em combinação de negócios
Em 1º de janeiro de 2022		
Aquisição da Beta Learning	12.980	12.980
Aquisição da ChargebackOps, LLC	-	2.058
Pagamentos realizados no período	(5.311)	(6.229)
Ganhos reconhecidos no resultado sobre a remensuração do valor justo das ações e variação cambial	(4.200)	(4.614)
Em 31 de dezembro de 2023	3.469	4.195
Total de ganhos no período incluídos no resultado	(4.200)	(4.614)

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços	502.229	514.853	552.354	564.505
(-) Impostos sobre serviços	(46.316)	(53.087)	(47.538)	(54.092)
(-) Outras deduções (i)	(724)	(772)	(723)	(772)
	455.189	460.994	504.093	509.641

(i) Deve-se basicamente pela provisão de garantia ("chargeback"). A melhora observada em 2023 reflete ações de normalização de chargeback que foram realizadas pela Companhia.

26. Despesas e custos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários, encargos e benefícios	(334.012)	(322.961)	(356.980)	(330.958)
Serviços prestados por terceiros	(104.710)	(90.133)	(116.445)	(133.556)
Depreciação e amortização	(40.223)	(26.466)	(44.374)	(30.735)
Outras despesas	(19.101)	(17.766)	(54.509)	(59.435)
Utilidades	(13.369)	(33.810)	(16.395)	(39.807)
	(511.415)	(491.136)	(588.703)	(594.491)
Custo dos serviços prestados	(309.851)	(291.496)	(341.208)	(333.428)
Despesas gerais administrativas e com vendas	(201.564)	(199.640)	(247.495)	(261.063)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado com venda de ativo imobilizado	577	(74)	578	(74)
Outras receitas/(despesas)	13	160	237	111
	590	86	815	37

**28. Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	54.370	67.116	54.444	67.196
Atualização monetária	3.814	2.900	3.815	2.900
Outras receitas financeiras	2.029	5.063	2.492	5.111
Resultado positivo com swap	133	3.881	133	3.881
Variação cambial ativa	121	179	399	179
Pis e cofins s/ receita financeira	(2.666)	(2.902)	(2.670)	(2.902)
	57.801	76.237	58.613	76.365

29. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.643)	(7.881)	(7.643)	(7.990)
Resultado negativo com swap	(1.942)	(6.511)	(1.942)	(6.511)
Juros sobre passivo de arrendamento	(1.417)	(320)	(1.417)	(320)
Outras despesas financeiras	(699)	(2.051)	(1.874)	(2.976)
Juros e multas	(748)	(559)	(748)	(571)
Tarifas e encargos bancários	(572)	(1.138)	(577)	(1.144)
Variação cambial passiva	(234)	(145)	(1.918)	(996)
	(13.255)	(18.605)	(16.119)	(20.508)

30. Transações que não envolveram caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Controladora realizou aumento de capital na controlada ClearSale LLC em função da liquidação do saldo de partes relacionadas no montante de R\$41.389, conforme nota explicativa 9, portanto, não foi refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

31. Seguros

A Companhia tem por política a contratação de seguro de Responsabilidade Civil (“D&O”) e Responsabilidade Civil Profissional (“E&O”) para conselheiros, diretores e/ou pessoas físicas que tenham poderes de representação da Controladora e/ou suas subsidiárias. A Companhia também possui apólice de Seguro Compreensivo empresarial (Property) para o prédio e conteúdo.

* * *

Eduardo Ferraz de Campos Mônaco
CEO



Alexandre Mafra Guimarães
CFO

Paulo Cesar Picolli
CRC 1SP-165645/O-6